

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012756-19.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Shirley Alves dos Santos**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Shirley Alves dos Santos intentou ação de cobrança de seguro DPVAT em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Sustentou que sofreu acidente de trânsito em 07/07/2016, com lesões graves que lhe acarretaram invalidez permanente, tendo direito ao recebimento do seguro DPVAT.

Em contestação vieram preliminares e, no mérito, o pedido de improcedência.

Réplica às fls. 62/68.

Feito saneado às fls. 70/71, com determinação de prova pericial, não sendo a autora localizada.

É o relatório.

Decido.

Para casos como o presente, necessária a avaliação técnica da parte, para aferir eventuais sequelas decorrentes de acidente de trânsito, inclusive porque os documentos médicos juntados com a inicial não são, sequer de longe, conclusivos.

Assim, foi designada perícia a ser feita pelo IMESC, não sendo intimada a autora, conforme certidão de fl. 114. Diante disso, foi dado prazo ao patrono informar o ocorrido (fl. 120), que se manteve inerte (fl. 135). Veio, após o decurso do prazo, requerimento de novo lapso temporal para juntada de comprovante de endereço da autora (fl. 138), deferido à fl. 140. Por mais incrível que possa parecer, o patrono não voltou a se manifestar nos autos.

Dessa forma, após tanto tempo para informar o paradeiro da parte autora, propiciando a realização da necessária prova pericial, nada veio aos autos, sendo cristalina a indicação de que a autora não se desincumbiu das provas que lhe eram pertinentes, não demonstrando o seu direito.

E nem se fale que os documentos que acompanham a inicial são suficientes já que produzidos há tempos, não sendo conclusivos quanto aos requisitos necessários ao acolhimento do pleito inicial.

Julgo, portanto, improcedente o pedido inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Custas e despesas processuais pela autora, além de honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade deferida.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

PIC

São Carlos, 17 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**